



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A IMPORTÂNCIA DO EDUCADOR NA ATUALIDADE

ALMEIDA, Rozelaine Rubia Bueno D'¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre as mudanças na legislação do Ensino Profissional, paralelamente à educação e o papel do educador nos dias atuais. Utilizou-se uma revisão bibliográfica para fazer o embasamento do trabalho como um todo. A partir das obras e referências consultadas, verifica-se que apesar das mudanças na legislação terem ocorrido, existem alguns desafios ainda pela frente, relacionadas à universalização das oportunidades, à formação dos profissionais da educação profissional, à gestão das políticas e das redes de ensino, à articulação entre diferentes iniciativas e agências da educação profissional ao reconhecimento da experiência de trabalho adquirido fora do ambiente da escola. As instituições desse ensino continuam buscando se adequar as exigências e as necessidades. No entanto, é necessário tempo e dedicação de todos os profissionais da educação para serem estabelecidas todas as mudanças. Defende-se que o educador deve possuir vários saberes pedagógicos, visando a desempenhar um papel de facilitador, baseado em valores democráticos, ao prezar a autonomia e a liberdade dos educandos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Técnico; Mundo do Trabalho; Competências; Prática Educativa.

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Profissional de Nível Técnico vem passando por reformulações na legislação. Nos anos 1990, tem-se a reforma do Ensino Médio e Profissional no Brasil e a construção de uma nova institucionalidade, ou seja, a Lei de Diretrizes e

¹ Bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Integração Latino-Americana (UFSM). E-mail: rozealmeida@bol.com.br.



Bases da Educação (Lei 9.394/96) e o Decreto Federal 2.208/97 instituem as bases para a reforma do ensino profissionalizante no país. Logo:

Do ponto de vista formal, significa que todas as instituições públicas e privadas de Educação Profissional terão de ajustar-se às novas diretrizes educacionais estabelecidas pela legislação em vigor. Por conta disso, desde o final da década de [1990], vem-se gestando uma nova institucionalidade no campo da Educação Profissional no Brasil (MANFREDI, 2002, p. 113).

Neste sentido, a nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 (BRASIL, 1996) define várias questões importantes no contexto da educação nos diversos níveis de ensino. Diferentemente do passado, atualmente a Educação Profissional não corresponde apenas a um instrumento de política assistencialista ou a um ajustamento às demandas do mercado de trabalho, ela representa uma importante estratégia para os indivíduos terem acesso às conquistas tanto tecnológicas como científicas. Então,

Se, hoje, o imaginário social entende a escola como uma instituição que tem por função preparar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho, historicamente, a constituição da escola não esteve vinculada à formação para o trabalho. Institucionalmente, ela foi criada para preparar grupos seletos de pessoas para o exercício do comando, do poder e da direção social (MANFREDI, 2002, p. 51).

A reforma da Educação Profissional regulamentou vários decretos, legitimando vários projetos de educação que vinham sendo discutidos pela sociedade civil, mas quais são os desafios que ainda persistem? E qual é o papel do profissional da educação neste novo contexto? Diante destas questões, sabe-se que as condições do mundo do trabalho são preocupações constantes no currículo atual dos cursos técnicos, bem como o conceito de competências e habilidades. Este artigo tem como objetivo destacar algumas questões importantes na legislação da Educação Profissional e os desafios existentes, bem como refletir sobre o papel do educador na atualidade.

Para melhor compreensão do contexto que envolve a problemática das mudanças na legislação no Ensino Profissional e o papel do educador, o presente artigo divide-se em seções. A segunda seção analisa algumas concepções sobre as



novas mudanças na legislação do Ensino Técnico Profissional. Na terceira seção procura-se abordar o papel do educador e a importância deste profissional como mediador do conhecimento. Por fim, faz-se as considerações finais.

2 A EDUCAÇÃO NO ENSINO PROFISSIONAL: NOVAS CONCEPÇÕES E DESAFIOS DA ATUALIDADE

O Ensino Profissional no âmbito das novas Leis e Diretrizes da Educação Nacional (BRASIL, 1996) apresenta uma nova concepção, exigindo desses profissionais novas características necessários ao mundo atual, haja vista que muitas transformações ocorrem na educação e no mundo do trabalho. A Educação Profissional tomou proporções diferenciadas e está integrada aos demais níveis de ensino, à tecnologia, à ciência e ao trabalho em especial. Assim,

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, portanto, estão centradas no conceito de competências por área. Do técnico será exigida tanto uma escolaridade básica sólida, quanto uma educação profissional polivalente. A revolução tecnológica e o processo de reorganização do trabalho demandam uma completa revisão dos currículos, tanto da educação básica quanto da educação profissional, uma vez que é exigido dos trabalhadores, em doses crescentes, maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, bem como capacidade de visualização e resolução de problemas (BRASIL, 1999a, p. 19-20).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, o princípio ordenador da Educação Profissional é o desenvolvimento de competências para a laborabilidade, ou seja, "capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho" (BRASIL, 1999b, p. 02). O desenvolvimento dessas competências deve proporcionar condições do trabalhador manter-se em atividade produtiva e geradora de renda em contextos sócio-econômicos diversos e mutáveis.

De acordo com o novo paradigma da Educação Profissional, a laborabilidade ou trabalhabilidade assume o foco principal, num período em que o processo de



globalização e as ferramentas tecnológicas avançam cada vez mais rapidamente, exigindo contínua reciclagem de conhecimentos para competir e sobreviver no mundo dos negócios (BRASIL, 2000).

Salienta-se ainda que, “no núcleo dessa modalidade de educação está o processo de apropriação da condição ou do conjunto de condições para produzir benefícios – produtos e serviços – compartilhados socialmente e para o acesso ao usufruto desses benefícios” (BRASIL, 2000, p. 09), inseridas em um ambiente bastante instável e de profundas mudanças.

As empresas exigem trabalhadores mais qualificados, com novas competências que complementam o trabalho manual, ou seja, a inovação, criatividade, trabalho em equipe, entre outras. A estrutura das ocupações passa por modificações, e exigem um nível de educação e qualificação cada vez mais elevado de seus profissionais. Destaca-se que “a nova educação profissional desloca o foco do trabalho educacional do ensinar para o aprender, do que vai ser ensinado para o que é preciso aprender no mundo contemporâneo e futuro” (BRASIL, 2000, p. 10).

Com relação ao currículo, o estabelecimento de uma organização curricular para a educação profissional de nível técnico será desenvolvido de forma articulada curricularmente com o Ensino Médio, ainda que independentes entre si. Conforme Ramos (2001), os currículos serão complementados, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, representada pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, uma vez que:

O caráter diversificado de uma parte do currículo é anunciado na LDB, no artigo 26, quando pressupõe que os currículos do Ensino Fundamental e Médio tenham uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (RAMOS, 2001, p. 147).

No Decreto nº 5.154 de julho de 2004, ficou estabelecido que a articulação da Educação Profissional de nível técnico de nível médio e o Ensino Médio poderá ocorrer de forma integrada, concomitante ou subsequente. A forma integrada é “oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível



médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno” (BRASIL, 2004, p. 02).

A forma concomitante é oferecida a quem já concluiu o Ensino Fundamental ou ainda esteja frequentando o Ensino Médio. A complementaridade leva em consideração a existência de uma matrícula para cada curso, podendo ocorrer em instituições de ensino diferentes ou na mesma instituição. A forma subsequente é oferecida aos educandos que já tenham concluído o Ensino Médio (BRASIL, 2004).

O Ensino Profissional de nível técnico possui um catálogo nacional de cursos técnicos, aprovado em 2008, que propõe a organização da oferta da educação profissional em torno de doze eixos, com um núcleo politécnico comum. O catálogo foi estruturado a partir desses eixos que compreendem atualmente 155 denominações de cursos técnicos de nível médio. Em cada curso existe uma breve descrição sobre o mesmo, contendo informações sobre o perfil profissional e as possibilidades de temas que podem ser trabalhados mediante a carga horária do curso (BRASIL, 2008).

Após a reforma da Educação Profissional existem alguns desafios pela frente, relacionados à universalização das oportunidades, à construção de mecanismos democráticos de gestão das políticas e das redes de ensino, à formação dos profissionais que atuam na Educação Profissional, à articulação entre as diferentes iniciativas e agências de Educação Profissional e à construção de mecanismos de reconhecimento da Educação Profissional adquirida mediante a experiência de trabalho, fora dos espaços escolares (MANFREDI, 2002). A autora destaca ainda que:

Os desafios que ainda persistem e a importância de uma participação crítica e atuante das organizações da sociedade civil na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas no campo da Educação Profissional. Acredita-se que uma intervenção social crítica e qualificada pode tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e a democratização dos bens culturais de uma sociedade (MANFREDI, 2002, p. 293).

Frente essa nova organização curricular e a exigências aos cursos técnicos, existe um “grande déficit no âmbito da Educação Profissional e a insuficiência das atuais políticas públicas para essa importante modalidade de educação básica” (MANFREDI, 2002, p. 297-98). A mesma autora salienta ainda que há grande



necessidade de desenvolver políticas públicas voltadas às novas configurações do mundo do trabalho, bem como programas integrados para escolarização e profissionalização.

3 A EDUCAÇÃO E O PAPEL DO EDUCADOR NO ENSINO PROFISSIONAL

As diferentes concepções de educação são discutidas por muitos pesquisadores e estudiosos das áreas da educação, e da pedagogia em especial. Muitas são as teorias e ideias que povoam o campo da educação. No entanto, com o passar dos tempos, a educação passou a refletir as novas necessidades da sociedade e das pessoas num contexto social, ético, cultural, político e econômico bem mais amplo e complexo.

Dentre os vários entendimentos, pautamos que educar é respeitar a autonomia do educando, como ser que está constituindo sua identidade e construindo seu conhecimento. Nesta ótica, educação consiste num processo dinâmico, histórico e de transformação do ser humano à medida que evolui como indivíduo numa determinada sociedade ou grupo social, buscando interagir e se organizar para o trabalho e para a vida social, ao alicerçar-se em princípios democráticos e de cidadania.

Neste sentido, a educação corresponde à tomada de consciência de si, das outras pessoas, do mundo e da sociedade em geral, ou seja, o indivíduo passa a pensar por si só num sentido pessoal e coletivo, deixa de desempenhar um papel passivo de apenas receber as informações já prontas e consideradas corretas, e passa a refletir criticamente sobre o mundo que o cerca. A construção do conhecimento parte dessa reflexão da realidade, apoiada pelo diálogo existente entre professor-aluno na sala de aula e pelo estabelecimento da relação teoria e prática, para com isso, buscar a transformação da realidade.

A prática educativa é compartilhada por muitas relações, seja no âmbito da sociedade ou das próprias instituições. Conforme Libâneo (2002, p. 19) "a prática escolar consiste na concretização das condições que asseguram a realização do trabalho docente. Tais condições não se reduzem ao estritamente 'pedagógico', já que a escola cumpre funções que lhe são dadas pela sociedade concreta [...]", neste



sentido, a prática escolar possui também os condicionantes sociopolíticos que demonstram as diferentes concepções do homem e da sociedade.

Educar leva em consideração o contexto social dos educandos e o meio em que vivem, também questionamentos e debates sobre novas perspectivas, os caminhos possíveis para alcançar um mundo melhor e mais justo para todos os seres humanos. Em relação ao método de ensino Pimenta & Lima destacam que:

O método de ensinar e de fazer aprender (ensinagem) depende, inicialmente, da visão de ciência, de conhecimento e de saber escolar do professor. Se o docente vê o currículo como uma somatória de disciplinas colocadas lado a lado, ou como grade, como é habitualmente denominada, e toma a disciplina que leciona como fim em si mesma, adotará um método de transmissão e reprodução do conhecimento (2004, p. 234).

A educação ocorre na vida das pessoas de forma ininterrupta e em diferentes lugares, e deve estar fundada também em valores humanistas como solidariedade, justiça social, honestidade, responsabilidade e respeito às diferenças. A construção social do conhecimento deve estar embasado na relação da prática com a teoria, e busca desenvolver uma prática educativa que aproxime-a com a realidade. Com relação ao papel do educador, Freire (1997, p. 29) salienta que “percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar conteúdos, mas também ensinar a pensar certo”.

Freire corrobora mencionando que “[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo” (1997, p.110). Essa intervenção abrange mudanças radicais na sociedade como um todo, envolvendo questões em diferentes áreas da sociedade. Neste sentido, o autor destaca que a educação é política, pois a educação não pode ser considerada neutra à medida que decisões conscientes devem ser tomadas no processo de ensinar. Salienta ainda que “a raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente” (1997, p.124).

A educação como processo permanente deve ser entendido como uma necessidade aos educadores e educandos, partindo da ideia de que sempre temos a aprender. Pois,



É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos insere no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança (FREIRE, 1997, p. 64).

No âmbito da sala de aula, o professor pode desempenhar o papel de agente de transformação e mudança do ensino. No entanto, na escola e na sociedade outros agentes são também muito importantes, como a equipe de coordenação e direção, alunos, pais, funcionários, supervisores, autoridades e comunidade local. Conforme Pimenta & Lima (2004, p. 88), "o professor é um profissional do humano que ajuda o desenvolvimento pessoal e intersubjetivo do aluno, sendo um facilitador de seu acesso ao conhecimento", domina sua área de especialidade e possui uma visão crítica da sociedade e mundo, busca intervir com sua atividade profissional na realidade e produzir conhecimento na sua área.

O educador tem um papel indispensável na formação dos alunos, sendo que sua maneira de agir no ambiente da escola influencia diretamente na formação e no desenvolvimento dos educandos. Defende-se um posicionamento dos educadores baseados em valores humanistas e saberes ligados com a autonomia e liberdade dos educandos, recusando-se o ensino bancário conforme destaca Paulo Freire (1997). A teoria desse pensador é sustentada por uma concepção onde o educador e o educando aprendem juntos, sendo que são vários os saberes necessários à prática educativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, a Educação Profissional está intrinsecamente relacionada a questões do mundo do trabalho, ou seja, visa a formar mão-de-obra qualificada para suprir as demandas de diversos segmentos da economia. Neste sentido, os educandos necessitam e desejam ter perspectivas de futuro de empregabilidade e laborabilidade no mercado atual.

Consoante a isto, sabe-se que os desafios ainda são muitos em relação à Educação Profissional, principalmente no âmbito das políticas voltadas para escolarização, profissionalização, reinserção de trabalhadores fora do mercado e as



novas configurações do mundo do trabalho. Necessita-se de um trabalho conjunto de diferentes segmentos da sociedade para o atendimento das necessidades da educação profissional, desde o ingresso dos alunos até a manutenção ou reinserção no mercado de trabalho.

Os educadores necessitam estar em constante atualização, bem como possuir saberes que auxiliem na formação e no desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico dos educandos, ao propiciar a eles condições de enfrentar as exigências do mundo contemporâneo.

5 REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996, p. 15-21.

BRASIL. **Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2009.

_____. **PARECER CNE/CEB Nº 16/99**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. 1999. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2009.

_____. **Resolução CNE/CEB Nº 04/99**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. 1999. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejaresolucao04_99.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília: MEC/SETEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2009.

_____. **Decreto Nº 5.154/2004**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2004. Disponível em <http://abennacional.org.br/download/regulamentacao_ensino_profissional.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2009.

_____. **PARECER CNE/CEB Nº 11/2008**. Proposta de Instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.



LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 18ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2002, 149 p.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001, p. 126-160.